

ELETROBRAS / ELETROSUL

SEM GANHO REAL, A GREVE É GERAL!

Fotos: Arquivo Sinergia

Após mais de 20 anos sem fazer uma greve por tempo indeterminado, os eletricitários vinculados às empresas do grupo Eletrobras entrarão em greve a partir desta segunda, 16 de julho. Tudo isto graças à insensibilidade dos dirigentes das empresas e do governo federal, que viraram as costas aos trabalhadores de um setor estratégico não só para o desenvolvimento econômico, bem como para a soberania do Brasil.

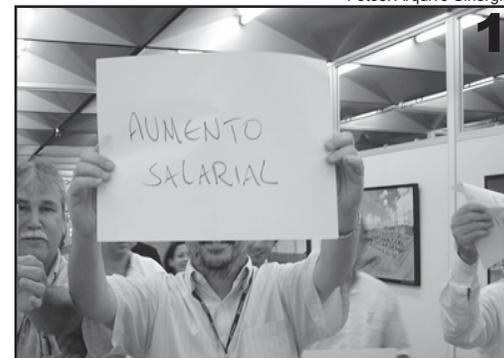
O Governo parece provocar a greve, quando tem se negado insistentemente em avançar na negociação da Eletrobras. A impressão que passa é que as empresas apostam no enfrentamento e estão “pagando pra ver”. Além de demonstrarem desrespeito com os eletricitários, é um ato de irresponsabilidade com toda sociedade. Uma greve por tempo indeterminado no setor elétrico sempre traz problemas, basta verificar o histórico do passado.

Os integrantes do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) ainda esperavam uma saída do impasse e de forma negociada na reunião de 11/07, em Brasília. No entanto, o governo e as empresas mantiveram a proposta pífia da última rodada, ou seja, reajuste salarial de 5,1%, muito abaixo do que os trabalhadores estão reivindicando, que é 10,73%. Outras reivindicações como a indenização por perda de massa salarial, melhorias no PCR com a garantia de verbas para se promover as devidas correções/movimentações salariais, entre outras, estão sendo simplesmente ignoradas na proposta apresentada pela Eletrobras.

Os discursos para justificar a postura da Eletrobras e do governo federal, o CNE e os trabalhadores já conhecem: crise internacional, renovação das concessões... O que não se entende é que esse mesmo governo concedeu redução fiscal (diminuição do IPI, por exemplo), abrindo mão de receita para o Estado brasileiro e injetando lucro em empresas privadas (grandes grupos econômicos). Estamos falando de bilhões de reais que deixarão de ser investidos na saúde, na educação, na segurança. Ou seja, em benefício de toda sociedade.

Na rodada de negociação do dia 11/07 a Eletrobras parece ter feito sua opção pelo confronto. De outro lado, os eletricitários também já fizeram sua opção no indicativo que deverá ser referendado nas assembleias de 12 e 13/07:

**SEM GANHO REAL,
A GREVE É GERAL!**



Trabalhadores da Eletrosul em várias manifestações: 1 e 2 - manifestação na sede da empresa, em 2005. 3 - Trabalhadores da Eletrosul Oeste paralisados em 2008. 4 - Paralisação em 2011.



Presente de Grego IV

Após uma série de matérias sobre a gestão atrapalhada do Diretor de Geração, com inúmeras decisões questionáveis (como a nomeação de um empregado da Eletrosul como chefe de departamento na Celesc) e declarações infelizes (como a entrevista onde afirmou que a sua meta era vender parte da geração da Celesc), a edição 1131 do Linha Viva levantou questionamentos importantes sobre o papel do Diretor na venda de energia da Celesc.

Como citado na matéria "Presente de Grego III", o processo do Edital 02/2012_15_lp deveria ter sido conduzido pelo Departamento de Comercialização, afinal este foi criado exclusivamente para este fim. Já aí residem várias indagações sobre a condução do processo. Mas não pára

por aí: os sindicatos que compõem a Intercel receberam uma cópia de suposta correspondência eletrônica de um contato na Tractebel para o Diretor de Geração, referente a um "modelo de negócio (...) para a parceria na empresa de serviços que também seria responsável pela comercialização". O fato é que o referido edital foi lançado com um preço e no dia seguinte relançado com outro mais baixo, supostamente beneficiando a Tractebel que viria mantendo conversas com a Diretoria de Geração. A Intercel encaminhará os documentos para a auditoria da empresa investigar, assim como fará denúncia no código de ética e em órgãos competentes como MPT e Deic, buscando o esclarecimento e a verdade dos fatos.

USINA SALTO PILÃO

Data Base marcada pela intransigência

Mesmo acumulando ótimos resultados, o Consórcio Empresarial Salto Pilão responde com um grande **NÃO** aos seus trabalhadores na data base desse ano. Após 3 anos em operação, a Usina Salto Pilão já demonstrou sua força e importância para a economia do Estado. Entretanto faltou o devido reconhecimento para com seus trabalhadores. A pauta entregue à empresa em maio reivindicava, como em qualquer outra negociação coletiva, melhores condições de trabalho e de remuneração. Foi então que nos deparamos com uma proposta incoerente e simplória de renovação do ACT. Incoerente, pois não retrata a evolução dos primeiros acordos que aconteceram diretamente com a diretoria da empresa ao invés de ter a Central de Serviços Compartilhados (CSC) como interlocutora. Foi marcante a intransigência da empresa que não concedeu praticamente nenhuma ampliação, tanto nas cláusulas novas como nas alterações das já existentes. Para se ter uma noção de quão frustrante foi essa postura podemos olhar para o simples pedido de formulação e divulgação de um calendário anual de feriados. A resposta foi NÃO! Os trabalhadores não tem o direito de saber quais serão os dias que a empresa adotará como feriado? Essa postura se repetiu em várias cláusulas da pauta, sendo outro exemplo marcante o Vale Alimentação de Natal (que já é prática comum para a maioria da categoria eletricitária), que também foi negado pelo Cesap. Intrigante também foi a justificativa da empresa para não conceder as cláusulas. Em resumo, a justificativa é a prática adotada em outras usinas, que tirando o fato de possuírem os mesmos sócios (sendo um deles o Grupo Votorantin), nada tem a ver umas com as outras. Dessa forma processo se torna redundante e obviamente não produzirá nenhum avanço aos trabalhadores sem que parta da própria empresa. Ou seja, a negociação se torna um teatro, a exemplo desse ano.

Seria injusto, entretanto, dizer que a renovação não foi também uma conquista, sobretudo se tratando de um acordo que já agrega grandes avanços. Porém, esse mérito dedicamos integralmente aos trabalhadores da Usina e da Central que demonstraram maturidade ao notar a postura irreversível da empresa e aceitaram a proposta de renovação. Parabéns aos trabalhadores!

Foto: www1.an.com.br

RETROSPECTIVA ACT CELESC

VALE - ALIMENTAÇÃO

O nosso auxílio alimentação, hoje popularmente conhecido como "tíquete", passou por várias transformações ao longo dos acordos coletivos e apesar de muitos companheiros considerarem uma cláusula de segunda importância, já teve seu momento na história das lutas dos eletricitários. Como esquecer aquele presidente que durante uma data-base turbulenta chegou a afirmar que haviam empregados da Celesc que não valiam um tíquete, causando indignação entre os trabalhadores e fortalecendo ainda mais o movimento. Ou aquele chefe que durante uma greve cortou o benefício dos grevistas, só entregando os bloquinhos de papel para quem estivesse trabalhando. Da assinatura em restaurantes conveniados, passando pelos tickets de papel até os cartões magnéticos dos dias atuais o nosso benefício só foi melhorando. No acordo de 1989, o auxílio-alimentação era equivalente a 40% do piso salarial da empresa, já incluída a participação do empregado. No acordo de 1991 é acrescentado parágrafo único que estabelece uma comissão para definição junto aos

restaurantes da rede conveniada sobre a qualidade e o preço das refeições. Em 1994 o valor mencionado no ACT é diário e o auxílio continua não sendo permitido ao empregado que estiver em férias ou licença, em jornadas inferiores a seis horas e nos casos de falta. A contribuição do empregado seria o equivalente a 2%, 9% e 16%, para os empregados com retribuição até, respectivamente, dois pisos salariais, cinco pisos salariais e acima de cinco pisos salariais. No acordo de 1995/96, o valor é reajustado e o percentual de participação do trabalhador passa para 5%, 15% e 25%, para empregados com remuneração até R\$ 405,00, de R\$ 405,00 a R\$ 589,90, e acima de R\$ 589,90, respectivamente. No ano de 1997, o valor do auxílio não é reajustado. No entanto, é acrescentado parágrafo que estabelece a implantação do tíquete, no prazo de 120 dias a partir da vigência daquele acordo. No acordo de 1998/99 as únicas alterações são em relação ao percentual da participação do trabalhador, passando a ser 5%, 15% e 20%, e a especificação de que se tratam de 22 vales-

-refeição.

Em 2001

o per-

centual

de parti-

cipação do

trabalhador

é alterado

para 1%, 10%

e 15% e em

2003 para

0,5%, 5% e

10% que

permanece

no acordo

de 2004. Foi

só a partir

de 2005 que

estabelecemos

a participação

simbólica

de R\$ 1,00

que consta

dos acordos

atuais. Outra

conquista

importante



Ex-presidente da Celesc (c) afirmou durante data-base que trabalhador "não valia um tíquete"

Outra conquista importante ocorreu no acordo de 2006 quando a empresa pela primeira vez contratou, através de Termo de Compromisso, o "tíquete-peru" ou décimo-terceiro que já era concedido em outras concessionárias do setor elétrico. No ano passado essa conquista passou a integrar o acordo coletivo de trabalho tornando-se um direito dos trabalhadores. Enfim, uma necessidade fundamental do ser humano que é alimentar-se adequadamente para bem exercer suas atividades laborais, só pôde ser garantida e aperfeiçoada com muita luta e organização dos trabalhadores.

Manifesto contra a armadilha da certificação dos técnicos de proteção para “Apoio a Operação”.

Os efeitos da política de Operação em implantação pela Diretoria da Eletrosul não ficam restritos apenas aos Operadores. Agora chegou a vez dos Técnicos de Proteção sentirem os efeitos nefastos de uma política que busca a redução de custos a qualquer preço, sem nenhuma preocupação com o ser humano, com o sistema elétrico e com a população brasileira. O texto abaixo, escrito em forma de manifesto por uma parcela deste grupo de profissionais, reflete o sentimento e a contrariedade com essa política.

Estamos nos deparando com um fardo pesado, uma fase anunciada, porém desconfortável da nossa carreira profissional na atividade de técnico de manutenção de proteção. Além de enfrentarmos os desafios que não são poucos em nossa atividade tradicional, deveremos agregar a contragosto às nossas pesadas responsabilidades e escasso tempo em função do volume de trabalho as funções de operadores de subestação, sob a titulação de “apoio à operação”.

Deixemos bem claro que tal quais as equipes de equipamentos, nunca nos furtamos a cumprir e até exceder nossas obrigações e apoiar a operação, isto nunca foi um problema para a maioria de nós, e sejamos justos, nunca encontramos falta de colaboração por parte da maioria dos nossos colegas operadores durante a solução de inúmeros problemas.

Mas precisamos ser coerentes: A maioria dos operadores na Eletrosul teve um exigente treinamento, de no mínimo 6 meses antes de operar uma subestação, mais um estágio de no mínimo 3 meses, para depois na condição de assistir um chefe de turno, avançar na sua qualificação até vir a operar sozinho.

Neste meio tempo, estudou operação, manobras, rotinas, proteção, equipamentos, serviços auxiliares, burocracia, sistema, trocou um sem fim de experiências e escutou outro infinito de situações que puderam evitar ou expuseram risco às pessoas e ao patrimônio da Eletrosul e outros. Um tempo de aprendizado precioso e bem aplicado.

Resumindo: Um operador médio da Esul, respira operação. Entre uma rotina e outra, aparentemente ociosa, este profissional está estudando circuitos, configurações e corrigindo manobras, verificando e solucionando problemas, ou seja, de certa forma se responsabilizando, zelando pela operação.

Foi-nos dado sequência pelo DGP treinamentos sumários sobre as con-

figurações de subestações, às quais teremos que, como diz a proposta “apoiar a operação”.

Na continuação fomos informados que posteriormente seremos certificados para agregar estas atividades na condição de apoiar a operação. Nisso percebemos uma incoerência, se já afirmamos que já faz parte da nossa rotina apoiar a operação e vice-versa, esta certificação nos passa outra mensagem. Como poderemos executar nossas atividades, que já demandam tempo, estudos, possuem alta complexidade e risco para o sistema, a rotinas de operação por vezes também altamente complexas, e burocráticas em que percebemos e constatamos que até operadores experientes cometem erros?

E as vezes com muita dificuldade somente através de sua bagagem profissional conseguem corrigir estes erros em função de sua dedicação à instalação, muitas vezes com componentes “sucateados”, com mais de 50 anos de uso, que possuem suas “manhas” e manias para entrar em operação, como se fossem “carros velhos”.

Sejamos realistas, esta certificação tem o objetivo de depositar em nossos ombros uma carga muito pesada, que pode num simples erro pessoal de avaliação operacional produzir prejuízos inimagináveis a carreira de quem cometer este erro, até custar preciosas vidas além de prejuízos materiais. Este entendimento é partilhado pelos próprios instrutores que estão nos orientando, pois concordam com esta realidade.

Entendemos e solicitamos ao ministério público que as pessoas com o poder de decidir e implementar essa política também sejam arroladas como coparticipantes nos eventuais sinistros que venham a ocorrer em função dessa política.

É nesse ambiente que declaramos através desta, nossa contrariedade à proposta da “política de operação” nestas condições.

CELESC

GT que revisa a NR10 na Celesc Geração conclui os trabalhos

Foi concluído essa semana mais um Grupo de Trabalho (GT) na Celesc com a participação da Intercel. Os trabalhos ocorreram na Celesc Geração e teve como objetivo verificar o cumprimento da norma NR10 nas Usinas. Ao longo de 60 dias o GT analisou a situação de todas as usinas do estado sob concessão da Celesc e apurou em diversos casos o não cumprimento, em especial, de dois itens da NR10, que são:

10.7.3 Os serviços em instalações elétricas energizadas em AT, bem como aqueles executados no Sistema Elétrico de Potência - SEP, não podem ser realizados individualmente;

10.8 que se refere a habilitação, qualificação, capacitação e autorização dos trabalhadores

O próximo passo, segundo orientação do GT, é criar uma comissão permanente com a função de reestruturar e orientar a operação para correção desses pontos. Também será necessário retomar a discussão da NR10, baseada em um trabalho sobre o mesmo tema, que está em fase final na Celesc D, abordando assim os demais itens da NR10 que não foram discutidos nesse GT.

Foto: Arquivo Intercel



Grupo de trabalho com participação da Intercel concluiu os trabalhos de análise da NR10

CELESC

Caravana da Intercel dá continuidade à data-base

A tradicional caravana da Intercel começa nesta segunda-feira, dia 16, passando por todos os locais de trabalho no estado. Na pauta da conversa com os trabalhadores está o processo de data-base que teve início com as assembleias regionais, e uma análise dos possíveis cenários que conduzirão a negociação coletiva deste ano. Além de debater aspectos do processo de negociação, a carava da Intercel busca unir os trabalhadores em um coletivo forte e estruturado para sustentar as dificuldades que encontraremos no caminho, perseguindo sempre um Acordo Coletivo de Trabalho justo, bom para todos os celesquianos. Vamos juntos nesta luta! Confira abaixo o calendário da caravana.

Equipe 1

São Miguel D'Oeste	- 17/07 - 07h30
Chapecó	- 17/07 - 13h30
Concórdia	- 18/07 - 07h30
Joaçaba	- 18/07 - 13h30
Videira	- 19/07 - 07h30
Caçador	- 19/07 - 13h30
Florianópolis	- 20/07

Equipe 2

Joinville	- 17/07 - 07h30
Jaraguá do Sul	- 17/07 - 13h30
Mafra	- 18/07 - 07h30
São Bento do Sul	- 18/07 - 13h30
Rio do Sul	- 19/07 - 07h30
Blumenau Centro	- 19/07 - 13h30
Blumenau Salto	- 20/07 - 07h30
Itajaí	- 20/07 - 13h30

Equipe 3

Tubarão	- 17/07
Criciúma	- 18/07
Lages	- 19/07
Florianópolis	- 20/07

Intercel
Intersindical dos eletricitários de Santa Catarina

CELESC

Golpe na Diretoria Comercial

Na surdina a Celesc publicou a deliberação 057/2012, onde a Diretoria Colegiada nomeia o presidente da Celesc, Antônio Gavazzoni, para a "condução das atividades de responsabilidade da Diretoria Comercial da Celesc Holding e da Celesc Geração", justificando que os respectivos diretores não foram nomeados pelo Conselho de Administração. Além disso, afirma estar apenas obedecendo o estabelecido pelo estatuto social da Celesc. O interessante é que o mesmo estatuto estabelece que o Diretor Comercial eleito pelos trabalhadores é responsável por "dirigir as

operações de planejamento e compra de energia da Companhia e suas controladas".

Os sindicatos que compõem a Intercel consideram a deliberação uma clara manobra da diretoria da Celesc para boicotar a Diretoria eleita pelos trabalhadores e o processo eleitoral que deve ocorrer neste ano, tirando de suas atribuições função de suma importância para a Celesc, como a compra de energia para as empresas do grupo.

Também é aparente que a manobra visa ocultar as denúncias sobre o edital 02/2012_15_lp,

onde a Diretoria de Geração conduziu o processo de forma suspeita, além de não respeitar as disposições do estatuto da empresa.

A Intercel reafirma o compromisso de lutar pelo desejo dos trabalhadores de que a diretoria comercial seja eleita e tenha papel fundamental na gestão da empresa.

Também repudiamos a criação de mais cargos de diretoria desnecessariamente, ainda mais com uma justificativa falaciosa, utilizando o estatuto social da empresa em benefício próprio e contra o coletivo dos trabalhadores.

CULTURA

MEIO SÉCULO DE LUTAS E SONHOS

Dando continuidade as ações que buscam marcar e comemorar os 50 anos de existência do Sinergia no dia 02 de julho o estudante de jornalismo Rafael Spricigo, que faz estágio neste sindicato, apresentou na Universidade Federal de Santa Catarina o seu trabalho de conclusão de curso (TCC). O referido trabalho versa sobre os 50 anos do Sinergia e faz um resgate da história da entidade, à partir de relatos vivenciais de dirigentes e de uma funcionária do sindicato. O estágio de Rafael Spricigo foi supervisionado pela jornalista Cristina Scomazzo do Sinergia, acompanhado pelo diretor de imprensa Mario Maia, e o seu trabalho de pesquisa foi coordenado no sindicato pela Assessora de Cultura e de Formação Sindical da entidade, Julia Maris. Tão logo o trabalho, em forma de vídeo e que obteve nota 10 da banca examinadora na UFSC esteja pronto, o mesmo será divulgado aos eletricitários nos locais de trabalho e disponibilizado aos que têm interesse.

SINERGIA EM REVISTA

Também na raia das atividades relativas aos 50 anos do Sinergia, foi distribuída recentemente aos trabalhadores da base deste sindicato uma revista que resgata as principais ações desenvolvidas pela categoria representada pela respectiva entidade. Nessa revista, o leitor(a) poderá observar que as ações do Sinergia vão além das campanhas de data-base, extrapolam as chamadas atividades de caráter corporativo que geralmente são as que mais ganham evidência entre os trabalhadores(as). Se você é da base do Sinergia e ainda não recebeu um exemplar da revista, solicite a um representante do sindicato aí no seu local de trabalho ou ligue para 3879-3011. Para os que não são da base do Sinergia e tem interesse também em receber a revista, basta enviar um email para sinergia@sinergia.org.br e informar o endereço que o sindicato terá o maior prazer em atendê-lo(a). Envie logo o email, pois a quantidade é limitada.

